



ECOLOGIA POLÍTICA E A CRÍTICA AO PARADIGMA DESENVOLVIMENTISTA

*POLITICAL ECOLOGY AND THE CRITIQUE OF THE DEVELOPMENT
PARADIGM*

ECOLOGÍA POLÍTICA Y LA CRÍTICA DEL PARADIGMA DEL DESARROLLO

Larissa Sousa Fernandes¹; José Otávio Aguiar²

RESUMO

No presente artigo, buscaremos apresentar uma crítica ao paradigma desenvolvimentista mediante uma abordagem ecológico-política. Para tanto, buscaremos apresentar o processo histórico que delineou e posteriormente impôs esta visão de mundo, principalmente a partir do processo de colonização. Por fim, serão apresentadas perspectivas que visam romper com este paradigma e trazendo uma nova visão de meio ambiente e em consequência, fazer com que haja uma evolução na relação entre homem e natureza.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Ecologia Política; Decolonialismo.

ABSTRACT

In this article, we will seek to present a critique of the developmental paradigm through an ecological-political approach. Therefore, we will try to present the historical process that outlined and later imposed this worldview, mainly from the colonization process. Finally, perspectives will be presented that aim to break with this paradigm and bringing a new vision of the environment and, consequently, to make an evolution in the relationship between man and nature.

Key words: Development; political ecology; Decolonialism.

RESUMEN

En este artículo, buscaremos presentar una crítica al paradigma desarrollista a través de un enfoque ecológico-político. Por ello, buscaremos presentar el proceso histórico que delineó y luego impuso esta cosmovisión, principalmente a partir del proceso de colonización. Finalmente, se presentarán perspectivas que pretenden romper con este paradigma y aportar una nueva visión del medio ambiente y, en consecuencia, hacer una evolución en la relación entre el hombre y la naturaleza

Palabras llave: Desarrollismo; Ecología Política; decolonialismo.

¹ Mestra. Discente de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais. Docente no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Sousa. E-mail: larasousa8@hotmail.com

² Doutor. Docente no Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais. E-mail: otavio.j.aguiar@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

É sabido que desde o surgimento do Homo Sapiens, a 150 mil anos, há uma constante intervenção na natureza de modo a afetar o equilíbrio ambiental. O advento da caça e a migração das primeiras comunidades para outros continentes, tudo isso possibilitou a extinção de milhares de espécies. Na medida em que o ser humano se estabelecia em um determinado local, eram feitas alterações naquele espaço e centenas de espécies eram extintas (Heringer Júnior; Sparemberger; 2019). Este foi o primeiro momento em que o ser humano exerceu um impacto de grande proporção no planeta, onde, “estima-se que, coincidindo com a chegada do homem, a Austrália tenha perdido 94% de seus mamíferos de grande porte, a América do Norte, 73%, a Europa, 29%, e a África subsaariana, 5%” (BROSWIMMER, 2002 apud HERINGER JÚNIOR; SPAREMBERGER; 2019, p. 79).

Desse modo, passando pelo neolítico, onde houve um segundo momento de intervenção humana em larga escala, dado o surgimento da agricultura e de novas configurações para a subsistência, que ocasionou grande perda de biodiversidade, chegamos a nossa atual era, onde a intervenção humana intensificou-se de modo que tem afetado praticamente todos os ecossistemas, causando danos muitas vezes irreversíveis e pondo em risco a própria sobrevivência (ZAMPOL 2021). Contudo, cabe destacar que a crise ambiental não se trata de uma questão relativa unicamente à ocupação humana, como se a existência do homo sapiens por si só fosse algo inviável ao equilíbrio ambiental. Lowy (2013) demonstra que esta crise é resultado da forma de exploração da natureza, de um sistema de produção que é insustentável.

Mesmo que a ciência tenha chamado atenção para a questão ambiental ainda no século XX, constatando que nossas infinitas necessidades dentro da sociedade de consumo não poderiam ser supridas pelos limitados recursos naturais, mesmo este debate tendo sido encampado pelas Nações Unidas já nos anos 1960-1970, ainda assim, a humanidade entrou no século XXI dando continuidade à mesma lógica produtiva empregada no período da Revolução Industrial, pautada no uso de combustíveis fósseis, com alta emissão de CO² e demais gases prejudiciais à atmosfera, desmatamento, agricultura baseada em monocultura e uso de agrotóxicos (BURSZTYN; BURSZTYN; 2012), num modelo econômico pautado na lógica do progresso e desenvolvimento que, mesmo com o avanço tecnológico não conseguiu frear um processo de degradação ambiental gerador de desigualdades: “Os elementos substanciais da visão dominante imposta pelo desenvolvimento nutrem-se dos valores impostos pelo progresso civilizatório europeu, extremamente expansionista, influente e destrutivo” (ACOSTA, 2016, p.55).

Desse modo, compreendendo que historicamente houve uma dominação não apenas territorial, mas também epistemológica, que reverbera até os dias atuais e que é responsável pelo desequilíbrio ambiental que está nos levando ao colapso, este artigo buscará apresentar uma reflexão acerca da questão ambiental numa perspectiva ecológico-política, que parte da crítica ao colonialismo e da denúncia do epistemicídio causado pelos países que hoje se autointitulam desenvolvidos.

2. MÉTODO

O método utilizado será o *materialismo histórico-dialético*, que, derivado do método empregado pelo teórico alemão KarlMarx na sua análise da sociedade civil, consiste em analisar o fenômeno/ objeto a partir de uma perspectiva onde o pesquisador se coloca numa posição de desvelar uma realidade que já está posta, e que por isso possui dinâmica e movimento próprios: “[...] o método não é um conjunto de regras formais que se "aplicam" a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa

escolhe, conforme a sua vontade, para "enquadrar" o seu objeto de investigação. [...] é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações." (NETTO, 2011, p.53-54)

O método materialista histórico-dialético compreende que a produção espiritual do homem deriva das suas condições materiais, onde “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS; 2007, p.94). Este método permite enxergar o fenômeno a partir de sua totalidade, entendendo que a realidade que está posta advém de um processo histórico que acontece a partir de um movimento que nunca cessa, cheio de contradições, mediações e rupturas, onde “a sociedade atual não é um cristal inalterável, mas um organismo capaz de transformação e em constante processo de mudança.” (MARX, 2011, p.72)

Desse modo, este é um caminho que se coloca a partir de três categorias: totalidade, contradição e mediação, que se articulam não para definir o real, mas para encontrar na realidade posta suas múltiplas determinações, permitindo que o fenômeno possa desvelar-se para além da mera aparência. (NETTO, 2011). É nesse sentido que este método nos permite apreender categorias como política e meio ambiente como partes de uma totalidade que deve ser compreendida a partir das relações que estes estabelecem entre si.

Por fim, resta vislumbrar tais categorias, bem como o próprio objeto em si a partir de um movimento dialético, ou seja, a partir de suas *contradições*. A dialética pressupõe que o movimento próprio da realidade se dá mediante uma luta de princípios opostos, onde uma tese posta é confrontada por uma antítese e desse confronto emerge uma síntese, que por sua vez se configura como uma nova tese ou princípio, que será confrontada por uma antítese e assim por diante, num movimento que nunca cessa, provocando mudanças e rupturas, produzindo a história: “Os sujeitos humanos – ao se esforçarem para alcançar seus objetivos particulares, ao se empenharem em satisfazer seus desejos pessoais ou os anseios de sua classe ou seu grupo – fazem história” (KONDER, 2010)

Portanto, esta pesquisa, que é de caráter qualitativo, buscará apresentar, através de revisão bibliográfica, como as categorias política e meio ambiente se articulam dentro do processo histórico, a partir de suas rupturas e contradições.

3. ECOLOGIA POLÍTICA, PENSAMENTO VERDE E DECOLONIALIDADE

A *Ecologia Política* surge, em meados da década de 1960, como alternativa às perspectivas conservacionistas, que promovem uma compreensão de natureza “intocada”, aprofundando a separação entre homem e natureza (DIEGUES, 2000) e “ecoeficientes”, que colocam na tecnologia a solução para os problemas ambientais (LEFF, 2010).

Na perspectiva ecológica política, a questão ambiental é entendida como um processo dinâmico, que, ao buscar compreender a diversidade dos atores sociais, a forma de apropriação do território e a política enquanto exercício de alteridade (LEFF, 2013), reconhece que a degradação ambiental é fruto de um processo histórico que, orientado por uma lógica ocidental e positivista, tem como resultado o aprofundamento das desigualdades, visto que negou a diversidade de saberes e corpos que não se enquadravam no paradigma vigente, marginalizando estes sujeitos e alienando-os de direitos.

Assim, as soluções empreendidas pelos autores que se orientam por essa perspectiva, buscam desconstruir a colonialidade do pensamento enquanto apresentam alternativas à lógica do desenvolvimento a partir de práticas, saberes e garantias na participação das tomadas de decisão das populações marginalizadas, proporcionando a equidade e justiça ambiental.

Nesse sentido, a crítica ecológica busca questionar o paradigma desenvolvimentista, que, construído historicamente a partir do pensamento moderno do século XVI, que, ao estabelecer a dicotomia homem-sujeito *versus* natureza-objeto, se impôs enquanto uma ideologia que torna a

natureza mais uma mera coisa dentre todas as outras a serem estudadas e dissecadas pelo método científico.

Com o avanço da colonização no continente americano³ nesse mesmo período, a dominação de outros povos e territórios se aprofunda, pondo em curso um esquema extrativista de exploração da natureza e da escravização e genocídio de populações nativas, seguindo a mesma racionalidade dicotômica, que considera o europeu civilizado *versus* o nativo selvagem. Esse processo colonizatório foi se intensificando e construindo a dicotomia império x colônia, onde a riqueza de recursos naturais e exploração da força de trabalho escrava da colônia serviram de aporte para o desenvolvimento das metrópoles (ACOSTA, 2016).

Todo este processo de imposição epistemológica, política, econômica e militar contribuiu para a formação de um modelo de desenvolvimento que se perpetrou mesmo com o avanço da independência política nos países colonizados (SANTOS; MENEZES; 2009), de modo que os mesmos países que por séculos exploraram as riquezas e impediram o crescimento social, político e econômico das antigas colônias, definissem, pós segunda guerra mundial, que estes últimos seriam subdesenvolvidos e que deveriam buscar desenvolver-se utilizando os critérios que eles, os países desenvolvidos, determinassem. Ora, essa não é senão mais uma forma de continuar interferindo nesses países, mantendo a mesma estrutura de dominação com uma nova roupagem, em nome do desenvolvimento e crescimento econômico.

Contudo, este modelo que até então tinha se mostrado insustentável do ponto de vista social, não conseguindo aplacar as desigualdades no que se refere à distribuição de riqueza material, como se estes países desenvolvidos estivessem ocultando de fato o “segredo” do desenvolvimento (Chang, 2004), também se mostrou insustentável do ponto de vista ambiental.

Leff (2010) atribui isso ao fato de historicamente ter sido imposta uma racionalidade econômica que, ao não levar em consideração as limitações dos recursos naturais, exigiu do meio ambiente que acompanhasse o padrão de crescimento econômico e não o contrário, submetendo-o à lógica do mercado, pautado na oferta de bens de consumo com uma demanda cada vez maior:

A ‘ciência econômica’ é o instrumento mais poderoso que molda nossas vidas. A ciência econômica não é uma ciência como todas as outras ciências, que elaboram seu conhecimento a partir de hipóteses teóricas que são verificadas ou refutadas com os dados da realidade. A teoria econômica constituiu-se como um paradigma ideológico teórico-político – como uma estratégia de poder – que, desde seus pressupostos ideológicos e seus princípios mecanicistas – a mão invisível e o espírito empresarial; a criação da riqueza e do bem comum a partir do egoísmo individual e da iniciativa privada; o equilíbrio da oferta e da procura, dos preços e valores de mercado, dos fatores da produção -, gerou um mundo que hoje transborda sobre suas externalidades: entropização dos processos produtivos, alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição de ecossistemas, esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade social, pobreza extrema. (LEFF, 2010, p.21)

³ É sabido que o processo de colonização do continente americano foi diverso, sendo disputado por diversos países europeus. Nesse sentido, cabe diferenciar aqui a colonização da América do Norte em relação ao resto do continente. Apesar desse processo ter em comum o genocídio da população nativa, a exploração do trabalho escravo e a exploração desenfreada dos recursos naturais, a colonização inglesa no Norte tinha a finalidade de povoar aquele território, enquanto Portugal e Espanha buscaram explorar ao máximo o trabalho servil em suas colônias, o que fez com que o destino destas colônias tomassem caminhos distintos, onde os países do Norte do continente se estabeleceram enquanto desenvolvidos e os do sul, subdesenvolvidos. Galeano (2012), atribui isso ao que chama de “felicidade da desgraça” do Norte do continente, que não possuía ouro, prata ou uma população de nativos tão densa e fácil de ser organizada para o trabalho escravo como no sul, além de possuir um ambiente propício para produção agrícola semelhante a da metrópole, graças ao clima e às condições do solo.

Ao não levar em consideração o impacto ambiental na produção dos bens de consumo, o modelo econômico se deparou com a limitação de um crescimento que se pensava infinito. Assim, a partir da década de 1960, começam a surgir as críticas ao desenvolvimentismo como gerador de desigualdades, contudo, “estas posturas heterodoxas não conseguiram questionar seriamente os núcleos conceituais da ideia de desenvolvimento convencional, entendido como progresso linear e expresso em termos de crescimento econômico” (ACOSTA, 2016, p.59).

No final do século XX, a constatação de que o paradigma desenvolvimentista era causador de desigualdades extremas e desequilíbrio ambiental estava latente, fazendo com que emergissem indicadores⁴ diversos para aplanar seus resultados desastrosos, porém, sem modificá-lo em sua estrutura ou até mesmo substituí-lo (SANTO, 2022). Fato é que mesmo com o avanço de governos progressistas na América Latina no início do século XXI não houveram grandes e estruturais mudanças na economia, sempre atendendo uma agenda desenvolvimentista, porém, com outra roupagem, mantendo “a modalidade de acumulação de origem colonial, dominante durante toda a época republicana, com um trânsito do extrativismo tradicional a um neoeextrativismo. O núcleo básico desenvolvimentista persiste no século 21.” (ACOSTA, 2016, p.64).

Mas também é nesse contexto de governos progressistas que o diálogo com a sociedade civil tem um sensível avanço, possibilitando que setores historicamente marginalizados da sociedade ocupassem espaços de protagonismo no debate acerca da questão ambiental. Estes setores entram no debate para a formação de políticas públicas para o meio ambiente por meio de movimentos sociais formados principalmente por povos da floresta e do campo, movimentos esses que visam desconstruir um conceito de conservação associado a uma ideia de natureza intocada, apartada do homem, fruto de um pensamento ambientalista dos anos 1960/70 nos EUA, que se tornou dominante por muito tempo e que desconsidera inúmeras populações e seus modos de vida sustentáveis (DIEGUES, 2000).

Acosta (2016) destaca o lugar dos movimentos indígenas enquanto vanguarda no debate acerca da crise ambiental, visto que as comunidades indígenas trazem em suas práticas e saberes ancestrais uma organização que lhes permite viver a séculos de forma harmoniosa com o meio ambiente. Sua história de resistência ao colonizador e à sua agenda destrutiva, se dá através de uma organização social fundada na coletividade, rompendo com o que Mézaros (2011) define como “controle sociometabólico do capital”, que impede e é incapaz de produzir a autossuficiência, característica de muitas dessas comunidades ainda hoje.

E mesmo onde há a reprodução do desenvolvimentismo, onde o colonialismo impôs uma dependência do modelo extrativista, causando por isso diversos conflitos entre os povos que ali habitam, ainda assim o dano ambiental é comprovadamente muito inferior, tendo em vista sua organização coletiva (ALENCAR, 2004). É na e pela coletividade que estas comunidades sobrevivem e essa é a maior lição que estes povos tem a ensinar.

4. O BEM VIVER COMO HORIZONTE

A estas experiências comunitárias de resistência histórica à colonização e à lógica capitalista, diversos antropólogos conceituaram como *Bem viver*, um pensamento que se formula numa perspectiva andina e amazônica, a partir das experiências das comunidades indígenas desta região, considerando seus códigos, valores e conhecimentos. Contudo, mais que um conceito encerrado em si, o *Bem Viver* apresenta uma lógica decolonizadora que pode se apresentar por vários outros nomes, dada a diversidade de vivências de povos que ficaram à margem no processo auto proclamado “civilizatório” (ACOSTA, 2016).

⁴ Um dos principais e mais conhecidos indicadores é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que considera renda, educação e saúde, não estando focado apenas no desenvolvimento econômico, como é o caso do Produto Interno Bruto (PIB). No ano de 2020, as Nações Unidas lançaram seu 30º relatório referente ao Desenvolvimento humano, trazendo como novidade as emissões de CO² e as pegadas de carbono juntamente com os indicadores de saúde e educação. (ONU, 2020)

O bem viver é um conceito que rompe com o hedonismo consumista ocidental, que exclui aqueles que não podem pagar pelo “prazer”, retirando o que é básico e fundamental para muitos, como o acesso a alimentos e água potável, para que poucos se beneficiem do supérfluo.

“O Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar. É uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder. Sem minimizar a contribuição indígena, temos de aceitar que as visões andinas e amazônicas não são a única fonte inspiradora do Bem Viver. Em diversos espaços no mundo – e inclusive em círculos da cultura ocidental – há muito tempo têm se levantado diversas vozes que poderiam estar de alguma maneira em sintonia com essa visão, como os ecologistas, as feministas, os cooperativistas, os marxistas e os humanistas”. (ACOSTA, 2016, p.34)

Não se trata aqui de superar o capitalismo – o que também não deixa de ser um anseio - mas da capacidade de enxergar para além da imposição de uma lógica econômica reprodutora de uma consciência destrutiva, que além de alienar o humano do seu pertencimento à terra, nega toda a pluralidade e possibilidades de existência no planeta. É sobre a importância de considerar os conhecimentos que essa diversidade de povos tem a oferecer, de aprender a partir das experiências locais, comunitárias e assim construir uma racionalidade decolonizada, que rompa com a dicotomia campo/ cidade, desenvolvido/ subdesenvolvido, que recupere práticas da tradição que foram esquecidas em nome de uma modernidade que só trouxe desigualdade e desequilíbrio ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo trazer uma abordagem crítica acerca da questão ambiental, apresentando elementos que nos permitam refletir mais profundamente a origem da relação entre o homem contemporâneo e sua relação de instrumentalização da natureza.

Aqui ressaltamos a importância de se considerar as experiências locais para solucionar os problemas ambientais, em especial os conhecimentos dos povos da floresta e do campo, tendo em vista sua histórica luta de resistência à colonização e conseqüentemente aos ataques aos seus modos de vida, que, apesar das contradições, que são inerentes ao humano, tem resguardado durante séculos os ecossistemas nos quais estão inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Quito: Elefante, 2016.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

CRUTZEN, Paul J. The “Anthropocene”. In: **Earth System Science in the Anthropocene**. Germany: Springer, 2006. p. 13-18.

Diegues, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: USP, 2000

_____. (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000.

FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. *Lutas Sociais*, 1o sem, n.28. São Paulo, 2012. p.87-104.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

HERINGER Júnior, Bruno; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. A relação homem e ambiente: destruição do ambiente natural como causa e como método de eliminação de grupos humanos. In: **Socioambientalismo, consumo e política**. Caxias do Sul: Educs, 2019. p. 77 – 99.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LOWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. In: **Caderno CRH**, V.26, n. 67. Salvador: 2013. p. 79-86

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RUIZ-MALLÉN, Isabel.; CORBERA, Esteve. Community-based conservation and traditional ecological knowledge: implications for social-ecological resilience. In: **Ecology and Society**, N.18, V. 4, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5751/ES-05867-180412> .Acesso em 20/05/2021

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Paula. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Luis Haroldo Pereira dos. A segurança humana na política externa da União Africana: análise da cooperação entre China e África a partir da perspectiva pós-ocidental (2002-2018). 2022.

TOLEDO, Victor M. Indigenous Peoples and Biodiversity. In: **Encyclopedia of Biodiversity**. Academic Press. 3, p. 451-463.

ZAMPOL, Francisco J. **Agricultura Transgênica: direito constitucional de informação e escolha**. Editora Dialética, 2021.